

2. Existe um excesso de tributação e um efeito cascata de vários impostos, como PIS, Cofins, CPMF, ICMS, encarecendo sobremaneira os custos e criando necessidades adicionais de fluxo de caixa financeiro para as empresas.

3. Há necessidade de uma revisão geral na legislação estadual, que conflita com a legislação federal e com o Mercosul.

4. Para a harmonização da legislação geral do Mercosul, é necessária uma efetiva participação da iniciativa privada nas discussões.

5. É preciso desburocratizar os registros de produtos e de comércio exterior.

Essas são medidas básicas, comuns a vários setores. Entretanto, ainda existem medidas importantes de caráter específico a ser tomadas, como enumeramos resumidamente a seguir:

◆ Sementes — Devido ao ciclo longo entre pesquisa, desenvolvimento, produção, estocagem e co-

mercialização, é urgente que se crie um sistema de crédito rotativo dentro de um período de 18 meses, com a volta do crédito rural de custeio e beneficiamento de sementes. Regulamentação da Lei de Proteção de Cultivares.

◆ Fertilizantes — Eliminação da contratação de trabalhadores avulsos na movimentação de cargas nos portos. Eliminação do adicional sobre frete para a renovação da Marinha Mercante.

◆ Produtos fitossanitários — Agilização no registro de novos produtos. Legislação uniforme na destinação final de embalagens. Monitoramento de resíduos de pesticidas. Regulamentação das normas para transporte e armazenamento em nível de revendas e consumidores.

◆ Rações — Autorização de livre mercado e livre concorrência para o desenvolvimento de produtos específicos para rações e importação de vitaminas, aminoácidos e aditivos. Diminuição dos custos portuários.

◆ Saúde animal — Agilização no registro de novos produtos. Revo-



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

gação da lei que proíbe promotores de crescimento e engorda para bovinos. Aumento da fiscalização no comércio de produtos veterinários.

Finalizando, desejamos frisar que o FNA não deve parar aí. É muito importante que as medidas sugeridas sejam implementadas, principalmente a reforma tributária, que continua sendo uma área bastante destoante, em comparação com os países do Mercosul e os países nossos concorrentes no mercado internacional.

Desejamos cumprimentar o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro Arlindo Porto pela implementação do FNA, assim como os coordenadores, dr. Ailton Barcelos e Roberto Rodrigues, que tão bem souberam conduzir e coordenar os trabalhos realizados por um número tão grande de grupos temáticos.

GRUPO TEMÁTICO ORGANIZAÇÃO/EXTENSÃO RURAL

A representação necessária

JOSÉ AROLDO GALLASSINI

Os principais indicadores econômicos do setor cooperativo agropecuário em nível de Brasil, que representam a sua cadeia produtiva na agricultura, são:

a) cooperativas agropecuárias: 1.400 cooperativas;

b) PIB: 5% de participação no PIB global e 35% no PIB agrícola;



JOSÉ AROLDO GALLASSINI é diretor-presidente da Coamo. Coordenador do Grupo Temático Organização/Extensão Rural no FNA.

c) cooperados agricultores: 915 mil cooperados;

d) empregados no setor: 114 mil empregados;

e) entidades associativas:

◆ em nível nacional: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);

◆ em nível estadual: as filiais em cada estado; no Paraná, a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar).



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

Percepção da organização política da agricultura e dos agronegócios no Brasil

Globalização — Se o Brasil quiser evoluir com a entrada de novas indústrias e modernização, é necessária a abertura de suas fronteiras para a economia mundial. Isso implica assumir que grandes grupos venham para nosso país com altos investimentos e modernas tecnologias, colocando em risco a maioria das indústrias já instaladas, gerando grandes preocupações.

No tocante às oportunidades, essas mesmas indústrias com tecnologias modernas propiciariam, num futuro próximo, a transferência tecnológica para a indústria nacional, promovendo redução de custos na sua cadeia produtiva e, conseqüentemente, aumentariam o fluxo comercial.

Orquestração — As barreiras não-tarifárias são um recurso que hoje os grandes demandadores de produtos e de serviços conseguem impor aos países exportadores, sem que, no entanto, sejam infringidas as regras de comércio mundial estabelecidas pela OMC, pelo Mercosul, União Européia e Alca.

A criação dos blocos econômicos tem sido uma saída encontrada pelas economias semelhantes, para resolver os problemas das barreiras não-tarifárias e aumentar o fluxo de comércio entre os países.

Novo papel do Estado

O Estado deve deixar de ser controlador da economia para ser um Estado promovedor do aumento do comércio entre as nações, cabendo-lhe o papel de aproximar os seus agentes geradores de riqueza. Para tanto, deve estar sempre atento para as mudanças que necessitam ser feitas no âmbito de legislação interna e externa, objetivando facilitar o acesso desses agentes a novos mercados e a expansão dos já existentes.

A política do agronegócio no Brasil, para sua completa implemen-

tação, obrigatoriamente terá que passar pela obediência à lei agrícola brasileira. Apesar de promulgada, nenhum dos segmentos envolvidos até hoje se deu conta de que ela é um instrumento de alavancagem do negócio agrícola no Brasil.

A articulação do setor produtivo junto ao governo, hoje, é representada na agricultura pelo Conselho Nacional da Agricultura que está, senão desativado, sem grande expressão nas decisões do governo. As entidades em nível nacional, como a Sociedade Rural Brasileira, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e outras, agem, de certa forma, fracionadas.

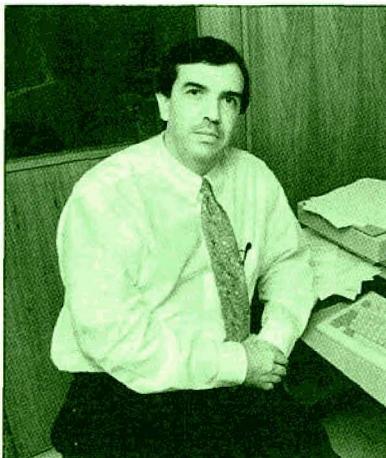
A criação do Fórum Nacional da Agricultura (FNA) é uma esperança do setor, pois houve interesse desde o presidente da República ao ministro da Agricultura, portanto, havendo interesse de todos (governo e entidades em níveis nacional e estadual) haverá, sem dúvida, um representante forte para criar a tão esperada política agrícola de longo prazo e adequada às necessidades reais do setor.

GRUPO TEMÁTICO AÇÚCAR E ÁLCOOL

Mais oportunidades que ameaças

LUIZ CARLOS CORRÊA DE CARVALHO

A cadeia produtiva brasileira da cana-de-açúcar tem uma dimensão apreciável, quando analisamos o conceito dos recursos financeiros que movimenta a cada safra. Resumindo a cadeia em insumos modernos (agrícolas e industriais), produção agrícola, industrial, comercialização e impostos, tem-se, para um montante anual global de recursos



LUIZ CARLOS CORRÊA DE CARVALHO é assessor da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (Unica). Coordenador do Grupo Temático Açúcar e Alcool no FNA.

movimentados de R\$10,52 bilhões, a seguinte distribuição na cadeia:

- ♦ insumos modernos: R\$0,82 bilhão
- ♦ produção agrícola: R\$2,86 bilhões
- ♦ produção industrial: R\$1,19 bilhão
- ♦ comercialização: R\$2,12 bilhões
- ♦ governo (impostos): R\$2,80 bilhões

A produção gera 1,3 milhão de empregos diretos, divididos por quase todos os estados brasileiros, ou seja: